

PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS QUANTO ÀS ADOÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS DE LAZER E TURISMO URBANOS

COSTA DA SILVA, Fernanda.

Centro Universitário Metodista – IPA. fernandacds@hotmail.com.

LAY, Maria Cristina Dias.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. cristina.lay@ufrgs.br.

1 INTRODUÇÃO

Planejar um lugar implica em se conseguir arranjar o ambiente físico externo para dar suporte ao comportamento humano (Lynch, 1962). Nessa perspectiva, o espaço público seria o resultado dos processos de relação entre o Estado e a sociedade civil (Souza, 2008), configurando-se como importante ferramenta de diálogo entre essas duas esferas. Mais do que isso, o planejamento está associado às possibilidades de democratização da relação entre Estado e sociedade (Ribeiro, 2006), residindo aí a importância da participação da comunidade na tomada de decisões para o estabelecimento desse espaço enquanto público. Para alcançar esse fim, é imperativo que se conheça as necessidades dos usuários, as quais podem ser percebidas de acordo com as formas de apropriação e uso.

Especificamente em relação ao planejamento turístico e sua relação com os consumidores do espaço, Silveira (2005) expõe a analogia direta que há entre a consideração da percepção espacial para a construção de um planejamento turístico e os resultados positivos dessa prática. Shaftoe (2008) também salienta a importância do modo como os espaços públicos são geridos, além da necessidade de prover ambientes públicos de qualidade. A mesma prática de participação dos usuários deve ser considerada particularmente quanto à gestão do meio urbano em face das estratégias e dos instrumentos ao dispor do Poder Público para atrair investimentos privados. Nada obstante, o que se observa atualmente são a baixa qualidade e a inexpressiva incidência do debate acessível acerca da gestão compartilhada entre os poderes público e privado para espaços abertos, de uso irrestrito (Pereira, 2011), em especial nos países com pouca tradição nesse formato de administração, como é o caso do Brasil (Maricato; Ferreira, 2002).

Já na década de 1990, Bennet (1993) ratificava a importância de se instalar um debate mais minucioso quanto às questões de descentralização das intervenções. Em uma instância mais avançada, Grilo (2008) sinaliza para a urgência de se estabelecer um procedimento de contratação do setor privado, por parte do público, com aplicação de avaliações de desempenhos para os projetos executados, sem, contudo, comprometer ou prejudicar a inovação dos projetos.

No tocante aos projetos de grande porte, sob o ponto de vista da avaliação do consumidor em geral contemplado por uma parceria mista, Geddes (2005) afirma, baseando-se nas experiências norte-americana e europeia, que este público tende a não se interessar pelo modo como o serviço será desenvolvido, mas por um resultado final satisfatório. Em contraponto, a respeito das recorrentes práticas de planejamento e gestão compartilhadas entre os setores públicos e privados, estudos realizados por entidades como o *Project for Public Space* (PPS) apontam que, independentemente da área e do porte do projeto, a interferência no espaço aberto público pelo setor privado pode causar tanto o conflito e o incômodo aos usuários, como pode colaborar para o bom desenvolvimento dos espaços que recebam as intervenções privadas, de acordo como seja desenvolvida. Em suma, de uma forma ou de outra, essas ingerências no espaço geram mudanças de comportamento, portanto interferindo na concepção que os usuários adquirem acerca do espaço por eles utilizado.

1.1 Investimentos privados em espaços públicos abertos de lazer e turismo no meio urbano

Uma importante modificação operada na forma de governar, relacionada também aos espaços públicos abertos de turismo e lazer, situa-se na década de 1980, quando os produtores de políticas urbanas e governantes locais da América do Norte e da Europa adotaram o estilo “governo empresário” e “marketing do lugar”.¹ Nesse contexto, lazer e turismo passaram a ser vistos como segmentos para reestruturação e posicionamento das cidades em um âmbito competitivo, especialmente no âmbito econômico (Selby, 2004, p. 14). Além disso, nas últimas décadas do século XX, com o esgotamento do Turismo de Sol e Praia (Dias, 2008), o Turismo Urbano teve expressiva prosperidade, impulsionada pela globalização e consequente competição entre as cidades pela captação de novos consumidores do espaço (Gunn; Var, 2002), investindo-se, contudo, não somente em infraestrutura específica de turismo, mas em estruturas já existentes para o lazer dos moradores. Como parte das táticas do Turismo Urbano, prédios e espaços de alta visibilidade na malha urbana são utilizados como símbolos de sucesso de uma cidade. No mesmo sentido, a regeneração física de áreas degradadas passa a ser um importante benefício para se desenvolver o turismo. Assim, a arquitetura auxilia a projetar uma imagem distinta aos turistas em potencial e aos investidores (Selby, 2004).

Tanto na realidade brasileira, como na conjuntura mundial, cada vez mais as parcerias entre os poderes público e privado, categorizadas em modalidades diversas,

¹ Termos originais citados em Selby (2004, p. 14): “entrepreneurial government” e “place-marketing”.

concretizam projetos, os quais evidenciam uma ligação clara entre “visibilidade” de um investidor e um ideal político vigente no espaço público. Por isso, antes de se tornar espaço de lazer e/ou de turismo, esses ambientes constituem-se em uma ideia, ligados, sobretudo, a uma vontade política, a qual não é neutra (Souza, 2008), pois representa a marca de uma gestão em um determinado território (Serpa, 2007). Independentemente do grau de interferência do setor privado nos diversos países, é inegável que a tendência de participação mais incisiva do setor privado, em especial nos espaços abertos, de teor público, vem se refletindo sob a forma de mudanças substanciais na dinâmica do papel do Estado capitalista, o qual merece ser debatido.

1.2 Os papéis dos poderes público e privado a partir dos consorciamentos urbanos e a relevância da participação dos usuários nesse contexto

Alguns estudos sinalizam ter havido expressiva mudança na forma de atuação do Estado onde a prática de investimento em parceria com o setor privado adquiriu grandes proporções, o que poderia significar uma reforma de gestão pública, gerando-se um contexto no qual a interferência direta do mercado nas políticas públicas seria mais efetiva, ao passo que o Estado passaria a assumir papel maior de regulador do que de investidor (e.g. Bndes, 2007; Bult-Spiering; Dewulf, 2007; Urió, 2010). Autores como Bento (2003) identificam essa modificação do papel do estado como *Nova Administração Pública*.

Há uma corrente de pensamento que acredita que o serviço público deva ser regulado pelo próprio setor e que a interferência do privado seria um fator de comprometimento da integridade do serviço público (Maricato; Ferreira, 2002). Em contrapartida, outra linha de estabelece que, ao se ter um investidor privado servindo ao público, é possível haver uma gama maior de serviços, com qualidade superior, em relação aos exclusivamente advindos do governo (Geddes, 2005).

Em nível mundial, é possível verificar que o setor privado vem se tornando um dos principais financiadores de espaços públicos no meio urbano, de forma que os variados tipos de acordos entre esse setor e o Estado podem gerar preocupações sobre a propriedade legítima dos espaços públicos de lazer (Francis, 2003). Pode-se averiguar esse tipo de divergência, por exemplo, por meio do debate acerca da gestão do Bryant Park, em Nova Iorque (Kent, 2004), e do Holmby Park, em Los Angeles (Hathaway, 2011), ambos nos Estados Unidos. Nesses casos, se, por um lado, o capital privado auxilia a manter os espaços de lazer e turismo abertos e protegidos contra as flutuações econômicas municipais, por outro, a ponderação emerge no sentido de que tais investimentos, especialmente destinados a intervenções na aparência, acessibilidade e no conforto ambiental, seriam capazes de refletir

disparidade de investimentos entre os espaços que recebem intervenções privadas e aqueles que estão sob a égide exclusiva do Poder Público.

Em esfera nacional, a Adoção constitui uma das mais relevantes formas de se oficializar a parceria entre investimentos do setor privado e o Governo para a prestação de serviços e a realização de obras de infraestrutura pública. Genericamente, a Adoção de um espaço público no Brasil ocorre mediante cartas convite ou outro processo simplificado de escolha do parceiro privado por parte do Poder Público, quando um investidor privado despende uma quantidade de investimento monetário, visando à manutenção de um espaço específico (França, 2010). Como contrapartida do Estado ao poder privado, a marca deste é relacionada ao espaço adotado, onde o parceiro privado passa a ter o direito de realizar ações pontuais que o promovam. As Adoções são decorrência, ainda, de contrapartidas do setor privado em face de algum uso do solo que cause significativo impacto ambiental.

Uma das mais significativas formas de Adoção verificadas na realidade brasileira pode ser constatada em Belo Horizonte, com o desenvolvimento do Projeto Adote o Verde. Curitiba, no Paraná, que também desenvolve o Turismo Urbano como segmento importante da economia, celebrou em 2009 a Adoção do Jardim Botânico, um dos principais atrativos turísticos da Capital. Outra cidade na qual as Adoções vêm adquirindo substanciais proporções é Florianópolis, no litoral de Santa Catarina. Em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, as Adoções de espaços públicos também vêm se estabelecendo como formas expressivas de gestão espacial, a partir do Programa Adote uma Praça. Desses exemplos, no que concerne tanto à concessão territorial parcial, como à total, a gestão do setor privado em substituição ao público ou em parceria com este é passível de análise em relação à percepção espacial dos usuários, visto que, em última instância, as intervenções são destinadas a eles.

A questão referente à participação dos usuários no planejamento e gestão do meio urbano, sob a égide de parcerias público-privadas, legitima-se tanto no âmbito do debate público, aberto, como na instância da avaliação de desempenho espacial. Parte-se da premissa de que a elaboração de trabalhos que viabilizem a avaliação do uso e da satisfação dos indivíduos em relação ao seu meio produz dados concretos, os quais demonstram um cenário de como os usuários veem e elaboram seu meio, apontam a forma de como eles gostariam que os espaços fossem planejados e geridos. Além disso, considerando-se que os usuários do espaço devam ter papel ativo na percepção do mundo, contribuindo incisivamente para o desenvolvimento de sua imagem ambiental (Lynch, 1960), confirma-se a necessidade de se apurar a percepção desses atores quanto às políticas de gestão espacial.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, foram examinados espaços públicos urbanos de lazer e turismo cujas alterações pudessem ser visualmente referenciadas por elementos identificadores provenientes de investimentos do setor privado, em parceria com o setor público, mediante Adoção, localizados em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A escolha da capital adveio de esta possuir espaços públicos abertos, atrativos culturais, comércio e áreas naturais considerados principais motivadores para as viagens turísticas, de acordo com a demanda nacional. Em adição, na cidade há relevante prática de Adoções de espaços públicos abertos, de uso irrestrito, que sirvam concomitantemente ao lazer e ao turismo (PORTO ALEGRE, 2011). Foram selecionadas três áreas para a aplicação da pesquisa (Figura 1).

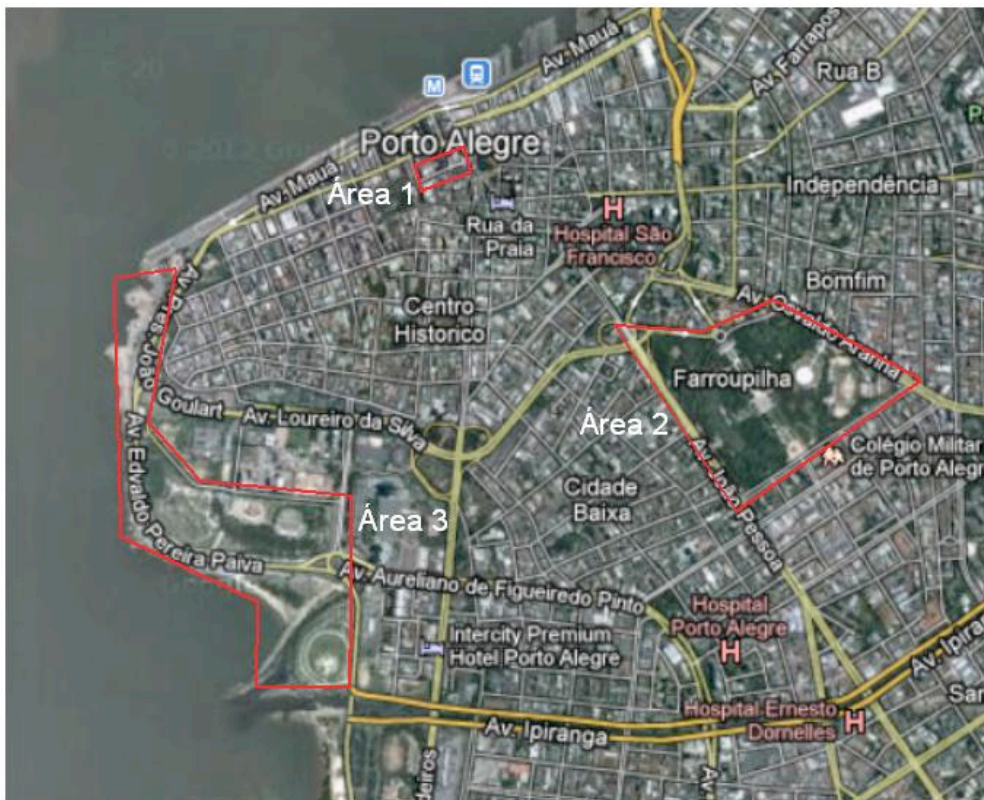


Figura 1 - Localização das Áreas de estudo.
Fonte: adaptação de Google Earth, 2012.

A Área 1, correspondente ao Largo Jornalista Glênio Peres (Figura 2), foi analisada em sua integralidade, posto que toda sua extensão é adotada e apresenta, fisicamente, elementos identificadores dessa prática de gestão. Na Área 2, correspondente ao Parque Farroupilha (Figura 3), e na Área 3, correspondente ao Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Figura 4), embora sejam parques adotados na integralidade, empregou-se recorte espacial para análise em menor escala, posto não haver marcos referenciais em todo o ambiente, identificado fisicamente a Adoção.

Os ambientes dos parques estudados (Área 2 e Área 3) fazem parte de um mesmo Projeto, denominado *Eu Amo Porto*, firmado entre a Prefeitura Municipal e as empresas Sinergy Novas Mídias e Pepsi-Cola Industrial da Amazônia Ltda. Já a Adoção do Largo tem suas obras estabelecidas em Termo firmado entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a empresa Vonpar Refrescos, inserido no projeto *Viva o Centro*.



Figura 2 - Visão parcial do Largo Jornalista Glênio Peres.

Fonte: acervo da autora, 2011.



Figura 3 - Academia da Terceira Idade no Parque Farroupilha.
Fonte: acervo da autora, 2011.



Figura 4 - Quadra esportiva no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho.
Fonte: acervo da autora, 2011.

Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa documental em fontes primárias e secundárias e levantamentos de campo, o qual abrangeu: estudo de plantas, mapas e imagens das Áreas selecionadas e entornos imediatos; levantamento fotográfico nas áreas investigadas, como forma de verificação da realidade de composição dos espaços; aplicação de entrevistas semiestruturada, direcionada a gestores públicos (seis) e trabalhadores (seis), relacionados diretamente às Adoções; aplicação de mapas mentais (dez participantes em cada Área), com o objetivo de depreender-se a imageabilidade e legibilidade das Áreas estudadas,

assim como verificar a relevância das intervenções privadas e níveis de importância dos elementos e da organização hierárquica dos elementos contidos nelas. Também foram aplicados 155 questionários (mínimo de trinta questionários em cada Área) *in loco* e *online*. A amostra foi constituída por usuários trabalhadores (15,5%), praticantes de lazer (60%), transeuntes (20,7 %), e outros, como manifestantes (3,8%).

As entrevistas e os mapas mentais foram analisados qualitativamente. As informações obtidas por meio dos questionários foram tabuladas utilizando-se o programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* – SPSS.

3 RESULTADOS

3.1 Avaliação da ocorrência das Adoções para qualificação espacial voltada ao lazer e ao turismo

Quanto à percepção acerca do estabelecimento das Adoções, verificou-se que, se por um lado, expressivo número de entrevistados e respondentes afirmou estar ciente acerca das implicações de uma Adoção de espaço público. Por outro lado, foi expressivo o número de usuários que indicou não ter conhecimento acerca da Adoção do espaço que utilizava no momento da abordagem da pesquisa (49,9%). A exceção foi verificada à Orla do Lago Guaíba, onde a maioria de usuários (54,5%) disse saber sobre a ocorrência da parceria, em especial devido à percepção de melhora na qualidade espacial, ligada principalmente aos aspectos de segurança e estética.

Particularmente quanto aos trabalhadores entrevistados nas três Áreas, constatou-se que apesar desta categoria de usuários ser afetada cotidiana e diretamente pelas parcerias do tipo Adoção, de forma geral, detém baixo grau de informação a respeito do teor das Adoções de espaços públicos urbanos. Na maioria dos casos, os entrevistados desta categoria não demonstraram estar a par dos detalhes que implicam as parcerias. Em um panorama geral, percebeu-se rejeição dos trabalhadores em relação às Adoções, porém, não ao fato de haver elementos que as identifiquem no espaço físico, ou ao tipo de investimento no espaço, mas em relação à maneira como elas foram estabelecidas.

Verificou-se que usuários com ligação comercial ou administrativa em relação aos espaços adotados demonstram maior tendência à ponderação crítica acerca da interferência do setor privado no espaço público, quando comparados aos demais usuários. Em relação aos trabalhadores entrevistados, constatou-se que esta categoria entende como necessária a participação representativa dos usuários, em uma etapa anterior ao estabelecimento das

Adoções, como forma de poder haver colaboração para que as intervenções contribuam para melhora na dinâmica espacial e de relações de comércio nos espaços adotados.

Quanto à avaliação dos espaços públicos, face à existência de investimentos privados, verificou-se ocorrência de diferença estatística significativa entre *respondentes que tem diferentes níveis de conhecimento sobre o que venha a ser uma Adoção e o sentimento para usar um local público, o qual receba investimento privado* (K-W, $\chi^2 = 17,921$, sig. = 0,000). Nesse contexto, pessoas que se disseram estar mais informadas acerca do que seja uma Adoção também foram as que se disseram mais constrangidas para utilização de espaço público com investimento privado. Em contrapartida, pessoas que desconhecem o que venha a ser uma Adoção, tendem a se pronunciar com indiferença para utilizar esse tipo de espaço.

Ao verificar se *o sentimento para uso de ambiente com investimento privado* estaria relacionado com a percepção de *importância de investimento privado no espaço público*, foi encontrada forte correlação (Spearman, $c = 0,583$, sig. = 0,000), revelando que o nível de importância dado a investimentos privados em espaços abertos afeta o sentimento de conforto para utilizá-los. Ou seja, quanto maior a importância estabelecida pelo usuário em relação ao investimento privado, maior o sentimento de conforto que este tem para utilizar o espaço receptor do recurso privado, e vice-versa.

Quanto à *relevância das Adoções* no contexto em que ocorrem, constatou-se através dos mapas mentais que as intervenções realizadas através dessas parcerias não são as principais referências espaciais nos ambientes pesquisados, embora já sejam lembradas por alguns usuários, como forma de orientação espacial, de atividade ligada a alguma prática comercial, ou de possibilidades de lazer e turismo. Os resultados indicam que havendo concentração de elementos identificadores do investidor privado, verifica-se também uma tendência em se aumentar o número de referências à Adoção ou ao setor privado adotante do espaço.

3.2 Percepção em relação ao papel do Estado no contexto das Adoções

Quanto às avaliações acerca da *necessidade do estabelecimento das Adoções*, pelo conjunto de discursos dos gestores, percebe-se que esse consorciamento urbano é sustentado, substancialmente, devido à escassez de recursos municipais disponíveis para projetos direcionados ao lazer e ao turismo nos espaços públicos abertos. Assim, a vantagem das Adoções, para o Poder Público, residiria na desoneração da economia municipal.

Na visão dos gestores públicos, as parcerias, não apenas do tipo Adoções, mas as demais modalidades, são avaliadas como fundamentais. Esse posicionamento foi justificado da seguinte forma por G2:

Todo o Estado brasileiro tem uma dificuldade em manter os espaços públicos em geral ... na realidade como a gente tem uma demanda muito grande em todos os outros setores saúde educação transporte que em geral absorvem mais a receita do Município e essas coisas acabam ficando em segundo plano [G2].

Nesse cenário, os gestores públicos concordam em estar havendo um “encolhimento” do papel do Estado na sociedade contemporânea, em especial no que tange aos investimentos e à aplicabilidade de projetos que contemplem lazer e turismo nas grandes cidades. A fala do gestor público G4 elucida esse posicionamento:

O Estado está ficando muito complexo para ser administrado pelo modelo de servidor público prestador de serviço ... o Estado irá se dirigir à área de controle estratégico do País terceirizando as atividades gerais ... atividades típicas de Estado se manterão segurança planejamento estatal rodovias ferrovias produção de energia elétrica serviços de polícia comando político etc. ... as atividades em si as obras etc. devem ser aos poucos entregues à iniciativa privada [G4].

Essa troca de funções, na visão dos gestores, não estaria ligada à qualidade de corpo técnico do Poder Público, mas sim à agilidade que o setor privado tem, em detrimento à morosidade do Poder Público, para execução de mesmos serviços. A esse respeito, G5 explanou:

[...] alguns movimentos que tu tens pela iniciativa privada obviamente são mais rápidos ... porque a administração pública tem toda a sua gestão baseada na Lei então ela tem uma velocidade diferente a questão aí é de VELOCIDADE e não de qualidade ... tu tens em muitas ocasiões o setor público muito mais preparado do que uma empresa privada ... não enxergo a iniciativa privada como tendo tudo de melhor tem que ser analisado caso a caso pra saber se realmente é o modelo a ser escolhido tanto sendo administrado pelo poder privado como de forma compartilhada ... a competência não é inerente ao ser público ou privado ... é inerente às pessoas que conduzem os projetos [G5].

Assim como os gestores públicos, a maioria dos respondentes parece entender os *investimentos privados como importantes para provimento de lazer e turismo urbanos, em espaços abertos*. Conforme averiguado, a maioria dos usuários (53,5%) afirmou sentir-se à vontade para utilização de espaços públicos abertos, os quais apresentem investimentos privados. Também a maioria da amostra disse ser importante (50,3%), ou muito importante (21,9%), uma empresa privada investir em espaços públicos urbanos abertos, de lazer e turismo, ao passo que somente para 12,3% da amostra este é um tipo de investimento classificado como inaceitável.

Em contrapartida, apesar de considerar importante o estabelecimento de investimentos privados em espaços públicos abertos de lazer e turismo no meio urbano, bem como de expressar-se à vontade para uso de espaços, perante tal situação, a maioria da amostra (51%) afirmou não saber se o espaço que utilizava, no momento da abordagem,

recebia investimentos privados. Ao se relacionarem as variáveis *ciência sobre adoção do espaço* e *quem é o principal investidor para melhorias no espaço*, houve associação entre o conhecimento sobre estabelecimento da Adoção e as empresas privadas como sendo as principais investidoras no espaço utilizado ($\Phi = 0,251$, sig. = 0,002).

Quanto à *percepção de qual esfera investe nos espaços públicos de lazer e turismo*, em relação ao total da amostra, o Poder Público foi apontado, em 80,6% dos casos, como o principal provedor (em referência à qualificação de aparência, segurança e lazer). Mas, também com um índice expressivo, 47,7%, o setor privado foi tido como o principal investidor nesses espaços.

Ainda que o setor privado não tenha sido considerado, pela maioria dos respondentes, como principal investidor em espaços abertos de lazer e turismo no meio urbano, ao se questionar acerca do *sentimento de uso de espaços abertos de lazer e turismo, que tenham sido adotados*, em relação a *quem deveria ser o investidor para melhorias nesses espaços*, obteve-se diferença significativa entre sentimento de conforto (estar mais à vontade para utilização do espaço) e a consideração do setor privado como aquele que teria obrigação de investidor em tais espaços (K-W, $\chi^2 = 13,802$, sig. = 0,001). Ou seja, quando os usuários entendem ser o setor privado como o que deveria investir nos espaços, há uma tendência para que esses usuários sintam-se mais à vontade, em espaços nos quais estejam presentes investimentos privados (Tabela 1).

Tabela 1 – Relação entre sentimento de uso e quem deveria investir nos espaços

Sentimento de uso de espaços com investimentos privados	À vontade	Indiferente	Constrangido
Quem acha que deveria investir nos espaços	Mean Rank		
Empresas privadas (sig. = 0,001)	76,58 (+ à vontade)	72,68	46,00 (- à vontade)

Os usuários que consideram o Poder Público como aquele setor que deveria promover os investimentos em espaços de uso irrestrito, não necessariamente se sentem menos à vontade com investimentos privados nesses espaços públicos. Quando os usuários consideram o Terceiro Setor como sendo aquele que deveria investir nos espaços públicos abertos, os níveis apontaram mais expressivamente para indiferença, quanto ao uso de espaços com investimentos privados em espaços públicos. Contudo, esses usuários ainda se sentem mais à vontade do que constrangidos, frente à existência de investimentos do setor privado em espaços públicos de lazer e turismo, cujo uso seja irrestrito. Já para os usuários que acreditam que a comunidade deveria ser aquela sobre a qual a responsabilidade de investimentos em

espaços públicos abertos deveria recair, o sentimento de indiferença é mais expressivo, quanto ao uso de espaços com investimentos privados. Em adição, esses usuários sentem-se mais constrangidos do que à vontade para usufruir de espaços com investimentos do setor privado.

Também com maior expressividade, o Poder Público foi indicado, em 98,7% dos casos, como aquele setor que deveria prover melhorias nos espaços, ligadas à aparência, à acessibilidade, ao conforto ambiental e à segurança. Em seguida, o setor privado foi considerado, em 34,2% dos casos, como aquele que deveria ser o investidor para essas melhorias, seguido pela comunidade, com 25,8% de alusão.

Considerando o total de respondentes, ao relacionarem-se as variáveis *quem é o principal investidor para melhorias no espaço* e *quem deveria ser o investidor para melhorias no espaço*, foram obtidas associações. Os resultados de distribuição de frequência, que apresentaram relações estatísticas, advindos de tabulação cruzada, constam sintetizados na Tabela 2.

Tabela 2 – Relação entre variáveis: concretização X dever de provimentos

Quem é o principal investidor	Quem deveria ser o principal investidor	Phi	Sig.	%
Empresas privadas	Empresas privadas	0,509	0,000	28,4
Empresas privadas	Terceiro Setor	0,234	0,004	11,6
Terceiro Setor	Empresas privadas	0,330	0,000	10,3
Terceiro Setor	Terceiro Setor	0,592	0,000	9,7
Terceiro Setor	A comunidade	0,352	0,000	9,0
A comunidade	Empresas privadas	0,251	0,002	18,1
A comunidade	Terceiro Setor	0,309	0,000	11,0
A comunidade	A comunidade	0,477	0,000	19,4

Expressiva parcela dos usuários que considera as empresas privadas como principais investidoras em espaços públicos abertos, que sirvam ao lazer e ao turismo, também as considera como aquelas que deveriam ter tal responsabilidade (28%). Merece ser sinalizado o contingente de pessoas que percebe a comunidade como sendo a investidora no espaço público, relacionada, então, às empresas privadas (18,1%), ao Terceiro Setor (11%) e à própria comunidade (19,4%), no que se refere a qual setor deveria deter a responsabilidade de investimentos nos espaços públicos abertos. Em adição, é relevante sinalizar que os resultados não apresentaram relações estatísticas para o Poder Público.

No tocante à *comparação entre serviços públicos e privados*, buscando-se compreender o *papel contemporâneo do Estado*, mediante a percepção dos respondentes, de forma geral, os serviços públicos, quando comparados aos mesmos serviços privados, objetivando melhorias para o lazer e o turismo em espaços de uso irrestrito, foram avaliados como piores. Muito embora, também para a maioria dos usuários abordados, o Poder Público seja o principal investidor nesses espaços, observou-se relevância do setor privado tido como importante investidor em lazer e turismo públicos no meio urbano, sendo apontado, inclusive, de forma expressiva, como o setor que deveria ter a responsabilidade de tais investimentos. Nada obstante, verificou-se uma tendência de aceitabilidade desta condição.

Sobre a avaliação da qualidade de serviços, a maioria dos respondentes classificou o Poder Público como aquele que provê serviços de pior qualidade (37,4%), ou serviços de igual qualidade (32,9%), em comparação aos do setor privado. Apenas 22,6% dos respondentes indicaram os serviços do Poder Público como melhores (16,8%), ou muito melhores (5,8%), quando comparados aos mesmos serviços do setor privado, para o tipo de espaço considerado para tal avaliação.

Ao se relacionarem as variáveis *classificação de investimento privado em espaços públicos abertos de lazer e turismo* e *avaliação dos serviços do Poder Público, em relação aos mesmos serviços prestados por empresas privadas, para os mesmos espaços*, obteve-se variação significativa entre avaliação dos investimentos do setor privado como indiferentes e classificação dos serviços do Poder Público como sendo de igual qualidade, comparados aos mesmos serviços do setor privado (K-W, $\chi^2 = 22,059$, sig. = 0,000). Ou seja, o grupo de respondentes que considera indiferente haver investimento privado no espaço público aberto, que sirva ao lazer e ao turismo, também considera os serviços do Poder Público como sendo de igual qualidade, quando comparados aos mesmos serviços do setor privado, para esses espaços.

A Tabela 3 detalha os níveis de classificação, os quais também indicam que: a) quanto mais os respondentes classificam como muito importantes os investimentos privados nos espaços públicos de lazer e turismo, tanto mais esses usuários avaliam os serviços do Poder Público como muito piores, em relação aos mesmos serviços prestados pelo setor privado; e b) em contrapartida, quanto menor é a tendência de os respondentes classificarem os investimentos privados nos espaços públicos de lazer e turismo como importantes, tanto melhor é a percepção desses usuários quanto à qualidade dos serviços do Poder Público, em relação aos mesmos serviços do poder privado, para os espaços em questão.

Tabela 3 – Variáveis relacionadas à importância do investimento privado e à qualidade dos serviços do Poder Público

Avaliação dos serviços do Poder Público, comparados aos do setor privado.	Muito melhores	Melhores	São serviços de igual qualidade	Piores	Muito piores
	Mean Rank				
Avaliação da importância do investimento privado (Sig. = 0,000)	41,33 (- importante)	85,29	94,99 (indiferente)	64,94	80,86 (+ importante)

O conjunto de percepções expressa uma afinidade de visão dos usuários em relação à do Poder Público, quanto à necessidade de emprego de políticas públicas que estabeleçam aproximação com o setor privado para o provimento do lazer e do turismo urbanos, de acesso irrestrito. Nesse sentido, ainda que não participem de consulta prévia ao estabelecimento de parcerias entre setores público e privado, tampouco de estudos realizados pelo Poder Público visando depreender a avaliação do desempenho das Adoções, a maioria dos usuários participantes desta pesquisa parece aceitar tal política pública urbana, destinada aos espaços abertos de lazer e turismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a percepção dos usuários, constatou-se que a dinâmica de investimentos do setor privado em parceria com o Poder Público é tida como necessária, tanto em um contexto amplo, como em um caso específico, então sob a forma de Adoção. Isso porque, mesmo abalizando pontos críticos nas parcerias público-privadas, relacionados ao tema da pesquisa, expressiva maioria dos respondentes indicou a importância dos investimentos privados para o provimento de espaços públicos abertos, que atendam ao lazer e ao turismo. É possível ponderar-se, a partir desses dados, que os usuários podem entender como relevantes tais parcerias, mas, paralelamente, podem sentir-se incomodados e/ou excluídos, sob o ponto de vista de como elas são estabelecidas. Nesse sentido, a ocorrência dos consorciamentos nos espaços públicos urbanos, sob o aspecto físico, pode ser interpretada como necessária para a qualificação do lazer e do turismo, mas também como imprópria, sob o ponto de vista simbólico, gerando-se, de certa forma, um quadro negativo para os usuários.

No tocante à comparação entre os serviços públicos e privados, verificou-se que os serviços públicos são avaliados como piores, quando comparados aos mesmos serviços do setor privado, para a maior parte dos respondentes. Contudo, a avaliação dos usuários em relação aos espaços adotados foi predominantemente positiva, e tal julgamento foi emitido, na

maioria dos casos, mediante o entendimento dos usuários de que estavam utilizando uma área pública sem investimentos privados – em especial na Área 2. Ou seja, a percepção quanto à qualidade das Áreas, entendidas como geridas totalmente pela esfera pública, não foi negativa, mas o contexto geral de prestação do serviço público o foi.

A percepção dos usuários ainda aponta o Estado como sendo aquele sobre o qual incide a responsabilidade pelo amparo às áreas públicas abertas de lazer e turismo, mesmo que a esfera pública tenha sido avaliada como pior, comparada à privada, quanto à prestação de serviços. Da mesma maneira, os usuários entendem o Estado como sendo a esfera que de fato deveria ter tal responsabilidade. Ainda assim, é importante destacar a expressiva parte de respondentes que já sinaliza o setor privado como aquele que de fato investe em espaços públicos e como aquele que deveria ter a responsabilidade de tais investimentos urbanos. Essa percepção pode sugerir haver uma compreensão, por parte dos usuários, da situação transitória do papel do Estado, indicada pela literatura (e.g. Bento, 2003; Bult-Spiering; Dewulf, 2007; Geddes, 2005; Selby, 2004; Urio, 2010) e evidenciada pela avaliação dos gestores públicos entrevistados.

Os resultados obtidos, em decorrência da dimensão do estudo, são limitados, porém podem ser averiguados de forma mais aprofundada através de investigações similares e sistemática de outros casos, não apenas na realidade brasileira, como também em países da América Latina. Esses estudos tenderiam a evidenciar se as Adoções são modelos de consorciamento urbano particulares ao Brasil, ou se também se aplicam em países vizinhos, cujas economias e os regimes políticos sejam similares. Nesse sentido, a percepção dos usuários brasileiros e latino-americanos poderia evidenciar resultados diversos, em comparação àqueles já averiguados na literatura referente aos países onde há tradição de emprego das parcerias público-privado, no tocante aos espaços abertos, de uso irrestrito e que sirvam concomitantemente ao lazer e ao turismo.

REFERÊNCIAS

BENNET, R. J. O Desenvolvimento Econômico Local: teoria e prática no caso da Grã-Bretanha. In: LODOVICI, E. S.; G. M. B. (Org.); FINGERMAN, H. (Org. Ed. Brasileira). 1993. *Parceria Público-Privado: cooperação financeira e organizacional entre o setor privado e a administrações públicas locais*, São Paulo, Summus.

BENTO, L. V. 2003. *Governança e governabilidade na reforma do Estado: entre eficiência e democratização*, Barueri, SP, Manole.

BNDES. Uma visão da aplicação da parceria público-privada no mundo em 2006. *Revista do BNDES*, 2007. Rio de Janeiro, BNDES.

BULT-SPIERING, M.; DEWULF, G. 2007. *Strategic Issues in Public-Private Partnerships: an international perspective*, John Wiley Professio.

DIAS, R. 2008. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*, São Paulo, Atlas.

FRANÇA, P. G. 2010. *O controle da Administração Pública: tutela jurisdicional, regulação econômica e desenvolvimento*, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.

FRANCIS, M. 2003. *Urban Open Space: designing for user needs*, Washington, DC, The Conservation Foundation.

GEDDES, M. 2005. *Making Public Private Partnerships Work: building relationships and understanding cultures*, Grã-Bretanha, Ashgate USA.

GRILO, L. M. 2008. *Modelo de análise da qualidade do investimento em projetos de Parceria Público-Privada (PPP)*. Tese (Doutorado em Engenharia) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUNN, C. A.; VAR, T. 2002. *Tourism Planning: basics, concepts, cases*, New York, Taylor Print on Dema.

HATHAWAY, D. 2011. *Public/Private Partnerships: will commercialization save our city parks?* [Online]. Available: <http://banbillboardblight.org/?p=6536>. [Accessed 1st november 2011].

KENT, E. 2004. When bad things happened to good parks. *Project for Public Spaces* [Online]. Available: http://placemaking.pps.org/info/newsletter/september2004/september2004_bryant. [Accessed 1st november 2011].

LYNCH, K. 1962. *Site planning*, Cambridge, Massachusetts, The Massachusetts Institute of Technology Press.

LYNCH, K. 1960. *A imagem da cidade*, Lisboa, Edições 70.

MARICATO, E.; FERREIRA, J. S. W. 2002. Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento de desigualdade? In: OSÓRIO, L. M. (Org.); FABRIS, S. A. *Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras*, Porto Alegre/São Paulo.

PEREIRA, J. M. 1998. *Administração pública*, São Paulo, Elsevier.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Gabinete do Prefeito. 2011. *Anuário Estatístico – 2010*, Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ Gabinete de Programação Orçamentária/ Gerência de Estatística.

RIBEIRO, R. M.; SILVEIRA, M. A. T. 2006. *Planejamento urbano, lazer e turismo: os parques públicos em Curitiba - PR*, Turismo – Visão e Ação, Camboriú.

SELBY, M. 2004. *Understanding Urban Tourism: image, culture & experience*, New York, I. B. Tauris & Co. Ltd.

SERPA, A. 2008. *O espaço público na cidade contemporânea*, São Paulo, Contexto.

SHAFTOE, H. 2008. *Convivial urban space: creating effective public spaces*, Londres, Earthscan.

SILVEIRA, M. A. T. 2005. Percepção geográfica, turismo e valorização do espaço. *Anais do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente* [Online], Available: <http://geografiahumanista.wordpress.com/eventos/simposio-nacional-sobre-geografia-percepcao-e-cognicao-do-meio-ambiente/>. [Accessed 15 june 2011].

SOUZA, M. L. 2008. *Mudar a Cidade*: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

URIO, P. 2010. *Public Private Partnerships*: success and failure factors for in-transition countries, USA, Rowman & Littlefield.